

ASPECTOS POLÍTICOS E ÉTICOS DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA

Dr. João da Cruz Gonçalves Neto

RESUMO:

Essa comunicação visa a apresentar um significado da ordem e memória nas sociedades contemporâneas e sua representação nas instituições que as correspondem e instrumentalizam. Busca também analisar alguns aspectos políticos daquelas representações em sua apreensão profissional, bem como apresentar alguns problemas éticos que envolvem o exercício da profissão do arquivista, sua orientação disciplinar e a relação entre sua especificidade e o mercado de trabalho.

Palavras-chave: ordem; memória; arquivologia; ética profissional; aspectos políticos.

ABSTRACT:

This communication intends to present the meaning both of order and memory in contemporary societies and their representation in institutions that correspond and instrumentalize them. It also search analyze some political aspects of that representations in its professional apprehension, as so to present some ethical problems that involve the archivist professional pratics, their disciplinar orientation and the relation between the professional specificity and labour circumstances.

Key-words: order; memory; arquivology; professional ethics; political aspects.

1. Ordem, memória e realidade

Uma das características mais marcantes de nosso tempo é a das perdas de muitas ilusões públicas. O século XX, o mais sangrento de nossa história, trouxe duras lições, e uma das mais veementes é a de que a vida social é bem mais complexa do que aquela visão de mundo erigida sobre ideais redutores e salvacionistas.

Essa complexidade se mostra agora em um mundo de difícil apreensão por uma só chave conceitual, como outrora as idéias de Deus e de razão universal ocuparam como fundamentos seguros aos ideais de ordem, verdade, natureza e normalidade. Muitos exemplos podem ser citados desse mundo que nos escapa em sua integralidade e em nossa pretensão de controle. A economia de base tecnológica não tem fornecido apenas utensílios à disposição das populações e das administrações públicas, mas mudado efetivamente o nosso modo de ser e de ver o mundo; o acesso à informação é agora amparado em um fantástico complexo organizacional que comanda não apenas a produção e divulgação de conteúdos e fatos, mas aquilo que propriamente deverá se tornar “realidade”, pelo controle sobre a forma e sobre o valor que deverão enquadrar dados e significados; as pretensões políticas, baseadas em ideais amplos e emancipadores, foram substituídos pelo aumento do poder de consumo, que se estabelece sobre o binômio ansiedade-alívio, reduzindo os projetos individuais ou coletivos a projetos comerciais; a construção da identidade individual torna-se problemática em referências que se diluem rapidamente, como trabalho, raça, gênero, nação, laços morais e afetivos, e quando tudo se torna fluido, como na expressão de *Zygmunt Bauman*, numa “modernidade líquida”.

Jorge Luis Borges, para expor a artificialidade de um antigo senso de ordem e normalidade, cita em sua fantástica literatura catalogações, inventários, séries, enumerações, taxinomias, em organizações de memórias que expõem à estranheza o nosso senso de razão e natureza, que tornam desconcertante o nosso senso de objetividade e a forma como organizamos nosso passado, quando mistura fantasia com realidade, desejo com efetividade, quando inverte os valores do que vale e do que não vale, dispondo todo o *pensável* no amplo espectro do *possível*. Ou seja, nós habitamos em um mundo do possível que está para lá de qualquer organização. É assim quando *Borges* fala de uma tal enciclopédia chinesa, na qual está escrito que “os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas” (em *O idioma analítico de John Wilkins*); ou então quando fala de um país no qual a arte da cartografia atingiu tal nível de excelência que os geógrafos construíram um mapa tão perfeito que representava ponto a ponto do território do próprio país, o que o fazia inútil, sendo por isso espezinhado e destruído

pelos habitantes no seu dia a dia (em *Do rigor à ciência*); ou quando fala de experiências que se encontram no plano da memória, como quando o Borges velho, depois de uma sensação de *dèja vu*, se encontra com ele próprio ainda jovem, à beira do rio Tamisa e estabelecem uma conversa que desafia o nosso senso de ordem (em *O livro de areia*); ou mesmo quando fala da experiência do tempo que transcende calendários, seja numa experiência afetiva que consome toda uma existência, seja numa espécie de experiência mística, extra-discursiva, como na experiência perceptiva do *aleph* (em *O Aleph*).

Poderíamos citar também Kafka, com seu desconcertante confronto entre a racionalidade do indivíduo e a racionalidade da ordem, de uma loucura ritualizada sob a pretensão de rigor e seriedade (em *O processo*).

Na literatura filosófica, Foucault é um dos principais nomes a questionar as pretensões de um discurso redutor da história e da dinâmica social baseado numa visão última de ciência, de verdade, de poder, de natureza, ou de qualquer sentido que se baste a si mesmo, de um discurso que pretenda buscar definitivamente um certo senso último de realidade. O pensamento traz consigo a sua história, e a ordem que regula uma certa vida sócio-cultural está inscrita em limites inapreensíveis ao momento ao qual se aplica a análise, e só uma “genealogia” (e não uma história convencional) pode desvelar o que as pretensões de verdade, somente, não conseguem. É assim que ele falará de elementos epistêmicos essenciais próprios de cada época, que geram uma racionalidade, uma normalidade, uma ordem, uma juridicidade e ciências que lhes equivalem.

Ao trazer assim rapidamente o campo de problemas envolvidos na relação entre ordem, memória e realidade, tenho a intenção de tratar de duas questões que julgo muito importantes ao arquivista: a que envolve a arquivologia como ciência e a autopercepção política e ética do arquivista.

2. A definição epistêmica da arquivologia

A primeira questão que nos surge ao tentarmos definir um campo específico de objetos e método para a arquivologia é a que envolve os seus pressupostos fundantes, que seguramente tem entre eles as noções de ordem, memória e realidade. Para ser mais que uma técnica, para ser uma ciência, e portanto merecer o epíteto de “estudo superior”, pensamos que ela deve ter em seu objeto de estudo não apenas formas e métodos de organização de dados e documentos, bem como o desenvolvimento de

meios para melhor realizar sua empresa, *mas investigar a própria estrutura conceitual sob a qual opera e estabelece seus fins enquanto técnica*. Nesse sentido, o seu trabalho não é um trabalho passivo, dependente apenas do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da administração, e nem tampouco dos interesses imediatos de quem a requisita. É mais, portanto. E esse mais poderia ser exemplificado por uma ordem de problemas.

Falar de memória é falar de como se constitui a própria realidade, é falar do modo de ser de uma cultura no mundo. O passado não é apenas uma reminiscência virtual da realidade, mas a própria realidade, uma realidade como a pensa Borges, que está para além da hierarquia que estabelecemos entre o concreto e o imaginário, entre o tangível e o pensável. A realidade é feita de todo o possível, e a forma como a vemos na atualidade é, de certa maneira, a forma como vemos o passado. *Nesse sentido, podemos afirmar que vivemos em um mundo morto*. Morto porque vemos o mundo a partir de categorias e imagens e modelos que trazemos do passado, do sentido mesmo do que entendemos por cultura, que forma consciências que podem dela se emancipar. Quando selecionamos o que merece ser guardado, é porque já selecionamos anteriormente o que mereceu ser vivido, ou pensado, ou aquilo que se tornou realidade. Poderíamos dizer, igualmente, que vivemos em um grande campo discursivo, lingüístico, cheio de significados, valores e hierarquia, que nos darão o sentido de uma ordem, de tempo, de fins, cuja formação é preciso tentar compreender. *Dessa maneira é que a organização da memória pública não é um trabalho passivo: selecionar o que constituirá ou não a narrativa histórica, organizar o que se entende por realidade, guardar valores que importam à coletividade são atividades que os cientistas da informação dividem com o artista, o filósofo, o historiador, o etnólogo, e todos aqueles que têm como busca a compreensão da ordem ou de sua falta neste vasto habitat representativo. Isso, sem dúvida, é mais que ser um vigia do cemitério, ou o triador de refugos coletivos, ou mesmo o guardião dos valores ideológicos e da versão oficial de realidade (à figura representativa de um grande templo, que abriga tanto uma prisão, um abrigo ou um restaurante, na figura trazida pelo sr. Randall Jimerson, poderíamos acrescentar também a figura de um cemitério, que existem como função do que ainda não foi sepultado, nas memórias e nos seus sentidos)*. Ver na profissão do arquivista uma função estritamente prática é defender essa função de coveiro que faz de sua vida a espera do que não tem sentido em si mesmo, mas que depende da vida e da atividade do outro.

O trabalho ativo do arquivista é, de outra maneira, dar garantias a uma certa visão de mundo, da organização social e do poder, tendo sempre como referência maior uma noção de ordem que inscreva não só a sua técnica, mas a vida de seu povo, dos valores mais amplos de sua cultura, de compromissos metodológicos os mais globais.

Um exemplo do que seria essa ordem referencial maior: poderíamos conjecturar que a vida contemporânea tenha se transformado num grande arquivo, e na qual os indivíduos reduziram o alcance de sua liberdade e perspectivas para caber em uma pasta, ou escaninho, ou em um chip que eletronicamente grava sinais em bits. Ao lado da tecnologia da informação (ou indexação), a nossa vida moral, religiosa, econômica e afetiva dispõe hoje de meios excepcionais de adequação e conformidade, de eficiência e racionalidade, em níveis nunca antes atingidos, de forma a podermos pensar que não foram as técnicas de controle que se sofisticaram, mas as perspectivas de vida é que se reduziram à catalogação, a um discurso unilinear, a uma memória seletiva e reducente, bem como a percepção do que é atual. Assim, todas as experiências humanas são convertidas em símbolos lingüísticos ou imagéticos comuns e universais, e operados por centros de controles pulverizados em várias esferas, como numa máquina que se auto administra e reproduz, e faz de suas peças menores, individuais, funções de um todo que caminha sem fim, sem sentido, sem compromisso com os que lhes servem.

Eis aí, então, o panorama de um gigantesco cemitério social. Nele, se sepultam as vidas ainda latentes e em movimento. É ele o repositório de um passado que se mescla ao presente e ao futuro, e onde se estabelecerá o trabalho do *grande arquivista*, como aquele que criará a forma de se compreender as ligações entre uma representação e outra, que estabelecerá a diferença entre o que seja passado e futuro, que determinará os valores das experiências, do que deve ter mais ou menos peso moral, do que será vivido como presente ou do que será relegado a um valor pretérito. É esse grande organizador racional que converterá a matéria viva da experiência real em dados processáveis e catalogáveis, a partir de critérios de classificação rigorosos pelos fins a que serve, estes, sim, atuais. O acesso ao que é real é mediado por essas informações manipuladas no grande arquivo, que se sofisticada cada vez mais e que traz para si cada vez mais formas de representações, mas sem, contudo, deixar jamais de converter a vida em dados, em sinais, em ordem, em informação.

Penso que é mais ou menos nesses termos que *Guy Debord* vê a sua *Sociedade do espetáculo*, uma sociedade que se converteu em uma peça teatral, num grande palco onde todos se encontram e representam a partir de um *script* prévio, mas sem que haja

viv'alma na platéia. Ou ainda como *Herbert Marcuse* vê a cultura tecno-racional, que impôs ao homem uma redução unilinear da vida às relações econômicas, deixando grande parte da riqueza espiritual, criativa, para fora de seus limites, como inexistente, como não catalogável. Ou ainda como *Foucault* poderia dizer da sociedade panóptica, um sistema de controle poderoso sobre a vida e a consciência dos indivíduos, cujo controle é estabelecido pela própria visão de mundo das pessoas, quando elas a defendem como sua.

Recordando, o que nos ocupa a atenção é, neste momento, estabelecer o papel positivo da arquivologia, e ele reside, como pensamos, exatamente na concorrência com outras ciências no estabelecimento do que seja memorável, já que vimos que esse “conteúdo” não é tão espontâneo como pode parecer, e que não caberia aos profissionais da área apenas validar e reproduzir o que a “cultura” vê como normal, a partir de uma pretensa neutralidade e espontaneidade. Quando pensamos nas outras atividades que concorrem em perceber o real e guardá-lo como significativo, pensamos no jornalismo, que não apreende uma simples realidade dada e a apresenta neutramente, pois a própria percepção e reportagem do percebido já é uma interpretação, já é uma concessão de sentido que pode ou não estar além das formas convencionais ou ideológicas de ver as coisas; da mesma forma as ciências históricas, que partem sempre do preconceito e não podem, sem o risco da incoerência, invocar para si uma neutralidade científica; a educação, que geralmente se situa no dilema entre adestrar e emancipar, de situar na cultura e fazer compreendê-la de fora, entre incluir, excluindo. Todos esses afazeres, ou campos de saber, lidam com a tarefa ativa de não apenas reproduzir o contexto no qual se inserem, mas de questioná-lo, de tentar compreendê-lo, de regular sua prática pela inquirição constante de seus fins.

3. Aspectos políticos e éticos

Dessa tarefa ativa que deve definir o status científico da arquivologia, também se dessumirá as orientações políticas e éticas da profissão.

Tanto no código de ética aprovado pelo comitê executivo do conselho internacional de arquivos, por ocasião do XIII congresso internacional de arquivos, em setembro de 1996, como nos princípios éticos do arquivista, elaborados pelo grupo de trabalho instituído em 1997 sob o patrocínio da associação dos arquivistas brasileiros, afirmam que o profissional arquivista tem compromissos ético-profissionais com:

1) a integridade do meio informacional

- Garantir a integridade dos arquivos (1.1).
- Devolver documentos públicos retidos sob regime de excepcionalidade (1.14, CE 2).
- Garantir a transparência administrativa (1.4).
- Garantir o tratamento dos documentos (CE 5).
- Ter uma política correta de recolhimento (1.6).
- Adotar procedimentos destinados à proteção dos documentos (1.6).

2) a integridade do conteúdo informacional

- Princípios da proveniência e da classificação original (CE 2).
- Manter os arquivos no seu contexto histórico, jurídico, administrativo (CE 2).
- Assegurar a autenticidade e integridade dos documentos (1.7).

3) os interesses do empregador

- Garantir a proposta da instituição que detém os documentos (1.5).

4) os riscos implicados na informação

- preservar o sigilo legal, quanto ao conteúdo e a fonte (1.9, CE 6).

5) a máxima publicidade possível

- Incentivar política de gestão de documentos na instituição na qual atua (1.3).
- Assegurar a transparência administrativa e comunicabilidade dos documentos (1.4).
- Facilitar o acesso aos arquivos ao maior número possível de usuários, atendendo a todos com imparcialidade (1.8).

- Respeitar limites impostos pela política das instituições, a lei e normas gerais (1.10).

6) o desenvolvimento técnico-profissional

- Acompanhar o progresso das pesquisas e inovações, buscando o constante aprimoramento profissional próprio e de sua equipe (1.12).

7) o patrimônio documental

- Preservar, cooperativamente, o patrimônio documental como um patrimônio da humanidade (CE 10).

Além desses compromissos, que buscam velar pela qualidade, confiabilidade e pela preservação das instituições, temos ainda orientações deontológicas quando aqueles documentos normativos prescrevem o:

- O dever de urbanidade (1.11, 1.13).
- O papel pedagógico da profissão (1.3)

Em resumo, podemos afirmar que esses princípios estabelecem *parâmetros de correção*:

- *Técnica*, que se estabelece na lisura e qualidade no recolhimento, na preservação, na comunicação, na cooperação, na manutenção da integridade, na organização, na divulgação de meios e informações.
- *Pedagógica*, que se espera no compromisso com a educação sobre as políticas de gestão de documentos, e na divulgação do valor social do patrimônio documental.
- *Profissional*, que se deseja no comportamento cooperativo, na aprendizagem continuada, na urbanidade, na lealdade aos fins da instituição, no respeito ao sigilo profissional.

- *Ético-política*, que se busca na preservação do patrimônio documental como um patrimônio da humanidade, e com base nos valores políticos democráticos.

É neste último parâmetro de correção ético-profissional que pensamos residir uma lacuna normativa nas orientações deontológicas daqueles documentos. Estabelecer referências normativas para o bom exercício da profissão amparado pelos valores da coletividade é essencial, mas não suficiente. É preciso, também, que haja valores que liguem os fins da profissão do arquivista aos fins de todas as outras profissões, fins esses dados pelos valores políticos. Valores políticos aqui entendidos como a expressão dos valores éticos, dos valores públicos, que são fundamentais para a vida social e não podem ser reduzidos aos interesses particulares ou de grupos, que transcendem a lógica do interesse privado; são os valores que fundam os nossos ordenamentos político e jurídico, embora nem sempre efetivos, que têm na liberdade, na igualdade, nos direitos humanos, na justiça social, na cidadania, no direito à dignidade, e no bem estar do povo brasileiro as suas referências mais íntimas. São essas referências, que numa sociedade democrática, devem mover toda atividade de alcance público, seja privada ou não.

A questão central, assim, que nos move o problema é: *a quem o profissional arquivista deve lealdade? Há um valor que envolve sua profissão que vá além do compromisso técnico e do comportamento pessoal?*

Pensamos que sim. E essa lealdade deve ser devida aos valores políticos superiores de nossa cultura, e devem ser textual e claramente expressos nos códigos de conduta profissionais para que se tornem presentes, ainda que sejam, por ora, ideais não plenamente realizados por nosso povo. Esses valores se traduziriam principalmente na independência do profissional arquivista frente a contingências políticas e comerciais, e seu compromisso com os valores constitucionais do país e com valores histórico-universais (como, por exemplo, os direitos humanos).

A partir dessas referências, muitos dilemas morais se apresentam, principalmente envolvendo as seguintes ordens de problemas:

- Dilemas morais – ordem de problemas:
 - 1) O processo decisório depende das informações e da qualidade das informações.
A responsabilidade do arquivista se restringe a velar bem pela informação e

meios, ou essa responsabilidade pode interferir também na gestão e uso das informações? Quando as informações são de interesse público, até onde vai o seu compromisso com a transparência, com o dever de sigilo, a lealdade ao proprietário?

- 2) Há uma noção de patrimônio documental que ultrapassa limites econômicos e técnicos, pois é uma noção política. A quem deve primeiro lealdade o profissional da informação? Ao empregador, ao governo, ao regime ideológico? Ou ao interesse público, ao direito à própria história, aos valores universais, no sentido de serem os mais amplos o possível (p.e.: ameaça a direitos humanos)?
- 3) Se vivemos uma contingência ideológica que transformou quase todas as relações sociais em relações comerciais, como manter os interesses maiores da profissão (manutenção de um patrimônio de valor histórico vinculados ao interesse público) reduzidos à mercancia? Como configurar o perfil profissional como de interesse público? Como evitar que a lógica do lucro submeta inteiramente os interesses profissionais e informacionais?

4. Conclusão

Independente da conclusão a qual se chegue sobre a cientificidade da arquivologia, a postura do profissional deve ser conduzida pelo caráter científico, ou especulativo, pois implica em posturas políticas e éticas, que é o exercício prático da profissão tomado em limites mais amplos. Essa postura especulativa pode ser definida por uma conduta 1) *reflexiva* (teórica), que se caracteriza pelo questionamento das formas convencionais de se ver o mundo, usualmente assumidas por uma série de crenças, mais ou menos simples e redutoras; pelo questionamento do modo dogmático de conceber a realidade, percebendo que esse questionamento é condição para inovar tecnicamente, bem como para posicionar-se política e eticamente; 2) *política*, que se caracteriza por conduzir o exercício profissional regulado por valores coletivos maiores, globais, amparados nos ideais modernos de sociedade; 3) *ética*, que se caracteriza por fazer que no dever profissional se inscreva, mais que deveres prescritivos ao indivíduo, os fins e responsabilidades coletivas; e 4) *epistemologicamente*, que se caracteriza por conceber o objeto de sua ciência sempre como um objeto de especulação e redefinição, uma vez que a prática profissional depende do enquadramento teórico elaborado. Não

pensar a profissão assim, é viver às expensas de outros saberes, não cooperativamente, mas fazendo de si apenas um arquivo do saber dos outros.

5. Bibliografia

ADORNO, T. et HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial – o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1969.

Princípios éticos do arquivista, retirados do sítio da AAB (www.aab.org.br).

Código de ética, aprovado pelo comitê executivo do Conselho internacional de arquivos em 1996, (http://www.ica.org/sites/default/files/Code_of_ethics.html), referido no texto por “CE”.